



## SENADO FEDERAL

Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal

### **Ata de reunião da Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos (CPADID).**

Aos vinte e três dias do mês de setembro de 2022, às 10h, realizou-se, de forma remota pela plataforma Teams, reunião da Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos (CPADID) com a presença dos membros designados pela Portaria da Diretoria-Geral 4274, de 29 de outubro de 2021. Presentes: Maciel Rodrigues Pereira, Coordenador-Geral da SGIDOC, na condição de presidente em exercício da Comissão; Diogo Vieira Guerra, representante da COARQ; Gabrielle Tatith Pereira, representante da ADVOSF; Moisés de Oliveira Nazário, representante da SECOM; Nicola Margiotta Junior, representante da DGER; Susane Guida de Souza, representante da CONLEG; André Luis Soares da Paixão, Auditor-Geral do Senado Federal, como convidado; David Amaral Santos, Helio Marçola Junior e João Vicente da Rocha Pessoa, servidores da Auditoria do Senado, como convidados; e Inaiara de Souza Golob, como secretária. A reunião foi gravada, com o consentimento dos presentes. Pauta: Esclarecimento sobre o escopo da demanda apresentada pela Auditoria do Senado à CPADID, por meio do ofício nº. 18/2022/AUDIT/SF (NUP do documento: 00100.042750/2022-44). O presidente em exercício da Comissão, Maciel Rodrigues Pereira, abriu a reunião justificando a ausência da presidente da Comissão. Em seguida, Maciel leu trechos do ofício supracitado, mencionou as dúvidas dos membros da CPADID quanto à demanda, seu contexto e detalhes da operação da AUDIT, e passou a palavra ao Auditor-Geral do Senado, André Paixão. André trouxe um histórico sobre o tratamento de dados pessoais na Auditoria, inicialmente a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) e, mais recentemente, com base nas determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Informou que a AUDIT lida com muitos dados pessoais, especialmente nos processos que se referem a servidores. João Vicente, responsável pelo setor que trata de auditorias de aposentadorias, pensões e nomeações de servidores, sujeitos a registro no TCU, acrescentou que processos desse tipo incluem, em alguns casos, cópias de documentos, informações bancárias e informações de saúde, entre outros dados pessoais, alguns dos quais sensíveis. A AUDIT questiona a CPADID quanto à adequação de realizar a classificação de documentos produzidos pelo TCU que incluem dados pessoais, como o CPF do servidor, ainda que sejam recebidos no Senado de forma ostensiva. Tais documentos seguem tramitando por outras unidades do Senado, particularmente a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), por meio do SIGAD. Inaiara, em nome da COINF, informou aos colegas que, dentro do Plano de Proteção de Dados Pessoais do Senado, está prevista a avaliação e gestão de riscos de incidentes com dados pessoais, e que a SEGP já fez um trabalho de avaliação de riscos dentro da Secretaria e identificou ações necessárias à mitigação ou eliminação destes riscos, alguns dos quais citados pelos colegas da AUDIT. Acrescentou, a partir de experiências trocadas com colegas de outros órgãos, que dados pessoais além de nome e CPF, este último no caso





## SENADO FEDERAL

Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal em que o servidor representa o Senado em contratos ou é beneficiário, devem ser classificados, mesmo na tramitação interna. Na sequência, João Vicente compartilhou documento produzido pela AUDIT e que vem sendo classificado como pessoal. Maciel informou que a reunião teve como objetivo uma melhor compreensão da demanda da AUDIT e que, a partir disso, a Comissão irá elaborar uma resposta formal à AUDIT. Gabrielle mencionou que a consulta apresentada pela AUDIT e a respectiva resposta serão úteis também para a ADVOSF, que da mesma forma recebe documentos externos com dados pessoais, às vezes não classificados. Sugeriu que, em uma próxima reunião da CPADID, sejam discutidas duas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos da Administração Pública. Acrescentou que a proteção dos dados pessoais em questão tem por objetivo restringir o acesso apenas a terceiros que não as instâncias oficiais de controle interno e externo. Parabenizou a equipe da AUDIT por se antecipar no enfrentamento das questões relativas à proteção de dados pessoais, já mitigando riscos. Maciel reiterou os parabéns à equipe da AUDIT. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h, da qual eu, Inaiara de Souza Golob, lavrei a presente ata, que vai por todos os presentes assinada.

André Luis Soares da Paixão

David Amaral Santos

Diogo Vieira Guerra

Gabrielle Tatith Pereira

Helio Marçola Junior

Inaiara de Souza Golob

João Vicente da Rocha Pessoa

Maciel Rodrigues Pereira





SENADO FEDERAL

Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal

Moisés de Oliveira Nazário

Nicola Margiotta Junior

Susane Guida de Souza

